

Simonsen diz que teria 'freado' antes e de leve

"Na época em que eu estava no Ministério, pouco antes de sair, já se justificava plenamente uma leve freia. Saí do Ministério e, em vez de frear, aceleraram demais. Conclusão: foram forçados a frear bruscamente, o que não agrada a ninguém, nem a quem conduz, nem a quem está sendo conduzido."

Com essa explicação, dada ontem em entrevista ao repórter do *Estado* após o encerramento do Seminário sobre Atualidade Econômica Brasileira, promovido pela Fiesp, o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, respondeu à pergunta feita, no início dos debates, pelo mesmo repórter e à qual ele procurou esquivar-se naquele momento:

— Ministro, como estaria a economia brasileira hoje, se sua política monetária não tivesse sido interrompida por um hiato desenvolvimentista?

— Para responder, teria de fazer ficção científica, o que não é minha especialidade — respondeu Simonsen.

— Creio que o senhor, durante sua gestão, fazia planejamento econômico para o futuro. É a esse planejamento que me refiro. Como seria a economia, se seus planos continuassem? — insistiu o repórter.

— Não tenho a mínima idéia — retrucou o ex-ministro, arrancando garanhadas dos empresários presentes.

— Os industriais e os empresários do comércio reclamam sempre exatamente disso: quem decide nunca tem a menor idéia das implicações de suas decisões na economia, afirmam. E justificam que é por causa dessa insegurança que não investem e não confiam nas diretrizes do governo. Mas o curioso é que, na presença do senhor, todos riram de sua resposta — voltou a insistir o repórter, ao que Simonsen retrucou:

— Na verdade, ao responder assim, quis dar apenas uma "tirada jocosa". E nos debates que se seguiram — dos quais participaram os presidentes da

Federação do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior; da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho; da Febraban, Pedro Conde; da Trol, Dílson Funaro; além do empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, membro do Conselho Monetário Nacional —, Mário Henrique Simonsen não se furtou a outros comentários "jocosos".

"QUEBRANDO OVOS"

Sobre a "dosagem dos remédios econômicos, que ameaçam matar o pa-



Arquivo

"Hora é de quebrar os ovos"

ciente", disse que "o impasse cambial é o maior dos males e, na opinião da maioria, teria conduzido o Brasil a recorrer ao FMI, há um ano".

“Felizmente, esse perigo foi exorcizado pelas autoridades que, por outro lado, estão agora suportando a carga” acrescentou, explicando: “Não se faz omeletes sem quebrar os ovos. E estamos, agora, na fase de quebrar ovos”. Simonsen admitiu, ainda, que determi-

nadas políticas econômicas poderiam ter sido adotadas anteriormente.

LIVRE NEGOCIAÇÃO

O ex-ministro defendeu, também, a livre negociação entre empregados e empregadores, como forma de evitar a rotatividade da mão-de-obra e o desemprego que hoje se verifica, confessando sua crença de que a maioria dos empresários preferiria ter na figura do governo apenas um intermediário para os casos onde não se obtivesse acordo.

Em sua opinião, o que não pode ocorrer é empregados aceitando salários menores para não perder o emprego e empregadores querendo segurar seus empregados, mas não podendo pagar altos salários. “E tudo isso por causa de uma lei”, observou, dizendo acreditar que, mesmo numa época de política monetária tensa, o desemprego poderia ser evitado, se houvesse negociações salariais livres. “E acredito, da mesma forma, que empregados e empregadores têm credenciais legítimas para estabelecer quais devam ser as relações entre capital e trabalho.”

“É PRECISO DISCIPLINA”

A pergunta do empresário José Papa Júnior sobre a possibilidade de Simonsen ter adotado a maxidesvalorização, se ainda estivesse no governo à época, ele respondeu: “Fiquei nesse governo 425 dias e 8 horas e não tomei essa decisão”.

Depois, o ex-ministro negou ao empresário Pedro Rando que tivesse afirmado que o Brasil é viável, mas mal administrado: “O que eu disse é que o maior ativo de um país é a qualidade de sua administração. Para o Brasil, é preciso racionalidade administrativa. O governo deve ter disciplina e os empresários devem entender o que é contenção”.